

# [Lei do DF que prevê políticas públicas para famílias deve incluir união homoafetiva, decide STF](#)

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, para fins de aplicação de políticas públicas no Distrito Federal, o reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo não pode ser excluído do conceito de entidade familiar. A decisão foi tomada no julgamento em sessão virtual da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5971.

**[\(STF, 16/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A Lei Distrital 6.160/2018, questionada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), estabelece as diretrizes para implantação da Política Pública de Valorização da Família no Distrito Federal. O artigo 2º define como entidade familiar o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher por meio de casamento ou união estável. A expressão “entidade familiar” é repetida em diversos outros dispositivos.

O PT alegava usurpação da competência privativa da União para legislar sobre direito civil (artigo 22, inciso I, da Constituição Federal) e violação ao princípio constitucional da dignidade humana, na medida em que a norma exclui das políticas públicas distritais as pessoas e entidades familiares diversas da formação do casamento ou união estável entre homem e mulher.

Em seu voto, o relator da ação, ministro Alexandre de Moraes, assinalou que o artigo 2º, ao conceituar entidade familiar, apenas reproduz, em linhas gerais, o artigo 1.723, caput, do Código Civil. Dessa forma, a lei distrital não inova em relação ao já normatizado por lei federal e, portanto, não usurpou a competência da União.

O ministro ressaltou, no entanto, que o dispositivo, se interpretado no sentido de restringir o conceito de entidade familiar exclusivamente à união entre homem e mulher, apresentará violar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da isonomia. Ele explicou que o STF, no julgamento da ADI 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, excluiu do dispositivo do Código Civil qualquer interpretação que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva.

“Quando a norma prevê a instituição de diretrizes para implantação de política pública de valorização da família no Distrito Federal, deve-se levar em consideração também aquelas entidades familiares formadas por união homoafetiva”, concluiu. Assim, julgou parcialmente procedente a ADI e aplicou a técnica da interpretação conforme a Constituição ao dispositivo da lei do DF.

O julgamento da ADI 5971 foi concluído na sessão do Plenário Virtual encerrada em 12/9.

---

# [Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: entenda por que a data é necessária](#)

*Data contrapõe o histórico apagamento sofrido por mulheres lésbicas dentro dos movimentos LGBTI+ e feminista. Mobilização no Brasil completa 40 anos*

**[\(O Globo, 29/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Em contraposição ao [histórico apagamento](#) das vivências e do trabalho feito pelas mulheres lésbicas dentro do movimento LGBTI+ e do movimento feminista, em 29 de agosto é celebrado o Dia Nacional da [Visibilidade Lésbica](#). Estabelecida por ativistas brasileiras, a data denuncia, além da invisibilização, as diversas violências psicológicas, simbólicas, físicas e econômicas sofridas por mulheres lésbicas em todos os espaços da sociedade.

A data faz referência à realização do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (Senale) realizado no Rio de Janeiro, em 1996, para tratar de temas relacionados à violação de direitos das mulheres em razão da sua orientação sexual.

Desde então, o tema é lembrado nessa data — e a comemoração se estende ao longo de todo o mês de agosto. No dia 19 do mesmo mês também é celebrado o Dia do Orgulho Lésbico, em memória à primeira grande manifestação de [mulheres lésbicas](#) no Brasil, ocorrida em 1983, em São Paulo. Naquela noite, ativistas do Grupo Ação Lésbica Feminista (Galf) ocuparam o Ferro's Bar para protestar contra os abusos e preconceitos que vivenciavam no local.

O bar era um ponto de encontro na noite paulistana, onde ativistas LGBTs e artistas podiam fazer suas performances e vender seu trabalho. Porém, um mês antes, os donos do estabelecimento haviam vetado a distribuição do boletim “ChanacomChana”, primeira publicação ativista lésbica do Brasil, e expulsaram as autoras do local.

Na noite da manifestação, integrantes do Galf conseguiram entrar no bar e obter a promessa dos donos de que não seriam mais impedidas de distribuir a revista ali. A data é conhecida como o “Stonewall brasileiro”, em referência à histórica manifestação de gays, lésbicas e travestis contra a repressão policial em Nova York, em 28 de junho de 1969, que posteriormente daria origem ao Dia Internacional do Orgulho LGBT.

No Brasil, a organização lésbica se iniciou há 40 anos, em 1979, quando as mulheres passaram a integrar o grupo Somos — a primeira organização LGBT do país, criada um ano antes — e, na sequência, em maio daquele ano, fundaram o Grupo Lésbico-Feminista (LF). Alguns anos depois, remanescentes deste grupo criaram o Galf, em outubro de 1981. Entre as pioneiras deste movimento estão Rosely Roth e Míriam Martinho, que estavam à frente da mobilização no Ferro's Bar, em 1983, e da publicação “ChanacomChana”.

— Dentro no movimento LGBT, as mulheres lésbicas nunca tiveram um protagonismo de fato, apesar de estarem historicamente ativas. Temos várias mulheres lésbicas muito fudas nos últimos 30 anos no Brasil, mas os homens sempre aparecem como protagonistas, justamente

porque é um espaço que estão acostumados a ocupar — afirma a [advogada Ananda Puchta](#), que representou o Grupo Dignidade no julgamento da criminalização da LGBTIfobia no STF, em fevereiro.

Neste mês de agosto, [CELINA](#) conversou com ela e com outras mulheres lésbicas sobre o que significa essa invisibilização. O apagamento lésbico é, ao mesmo tempo, causa e resultado da lesbofobia — a discriminação sofrida por mulheres lésbicas em função do seu gênero e orientação sexual. Ela se manifesta de diversas formas, desde o não reconhecimento das [relações afetivas entre mulheres](#), passando pela hipersexualização dos corpos lésbicos, a negligência na área de saúde, até atos mais extremos, como o estupro corretivo e o lesbocídio.

Embora o Brasil não produza dados oficiais sobre a prevalência da violência contra mulheres lésbicas, algumas análises acadêmicas apontam para isso. O Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil, primeiro relatório nacional sobre o tema, realizado por pesquisadoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e lançado no ano passado, apontou que 49 mulheres foram vítimas desse tipo de violência no país. Para as pesquisadoras Milena Peres, Suane Soares e Maria Dias, a lesbofobia existe como parte integrante do patriarcado.

— Nossas relações tendem a ser vistas como incompletas. Mesmo quando se reconhece a existência de uma relação afetivo-sexual, geralmente somos colocadas como “amigas que moram juntas” — afirmam as [criadoras da revista “Brejeiras”](#), Camila Marins, Cristiane Furtado, Laila Maria, Luísa Tapajós e Roberta Cassiano. A publicação foi fundada em 2018 justamente com o intuito de combater esse apagamento.

— Amar mulheres é um ato político e revolucionário, porque desloca a centralidade do patriarcado na construção da sociedade — completam.

*Por Leda Antunes e Clarissa Pains*

---

## **[Assembleia de SP adverte deputado do PSL por ofensa a transexuais em plenário](#)**

*Em abril, deputado Douglas Garcia (PSL), que é gay, afirmou em plenário que “tiraria transexual a tapa de banheiro feminino”*

**[\(HuffPost Brasil, 28/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O Conselho de Ética da Assembleia Legislativa de São Paulo aceitou, nesta quarta-feira (28), uma advertência verbal contra o deputado Douglas Garcia (PSL). Em abril, o deputado disse em plenário que tiraria no tapa qualquer pessoa transexual que usasse o banheiro feminino que sua mãe ou irmã.

Considerada uma ofensa às pessoas transexuais, a fala de Garcia motivou a também deputada [Erica Malunguinho \(Psol\)](#), que é uma mulher trans, a entrar com um processo por quebra de decoro parlamentar contra ele.

“Se por um acaso, dentro do banheiro de uma mulher que a minha mãe ou a minha irmã for utilizar entre um homem que se sente mulher, eu não estou nem aí. Eu vou tirar ele lá de dentro primeiro no tapa. E depois chamar a polícia para levar ele embora. Porque é esse o ponto a que chegamos no Brasil”, disse Garcia à época, que é gay, e vice-presidente do Movimento Conservador.

“Esse homem pode ter arrancado o que ele quiser, ou colocado o que ele quiser. Acho que é preciso respeitar a biologia e os valores do nosso povo”, completou o deputado, que é apoiador de Bolsonaro, em plenário da Alesp.

Após ser informado da decisão do Conselho de Ética, Garcia classificou o veredito como uma “injustiça” em seu perfil nas redes sociais.

“Por duas ações feitas pelo PT e PSOL, acabo de ser condenado pelo Conselho de Ética da ALESP por defender o direito de minha irmã, de minha mãe, das mulheres e crianças em geral de terem seu próprio banheiro e condenado por criticar atos de sindicatos”, escreveu em seu Facebook. “Onde está a minha imunidade parlamentar? Só vale para partidos de esquerda?”

Declaração do deputado foi dada em resposta a discurso feito anteriormente pela deputada Erica Malunguinho (Psol), que é a primeira parlamentar transexual eleita na história da Alesp.

Na ocasião, ela fez críticas a um projeto de lei, proposto pelo deputado Altair Moraes (PRB-SP), ligado à Igreja Universal do Reio de Deus, que proíbe a participação de atletas transexuais em esportes.

O caso gerou crise na Alesp e as acusações de transfobia e homofobia após a declaração do deputado geraram debate na opinião pública. Em seguida, Garcia, que é militante de direita, apoiador do presidente Jair Bolsonaro e fundador do Movimento Conservador, revelou em plenário que é gay.

A presidente do conselho, deputada Maria Lúcia Amary (PSDB), se manifestou também em suas redes sociais e afirmou que um fato como este não “ocorria há 20 anos na Casa”. Ela fará a advertência pública direcionada ao deputado em plenário, que ainda está sem data marcada.

“Precisamos conter a incontinência verbal e focar em votar projetos que vão ajudar a desenvolver o Estado de São Paulo”, disse.

[Segundo a Folha de São Paulo](#), houve outras duas representações contra Douglas feitas por deputados do PT por conta do episódio. Nesta quarta-feira (28), ao analisar os três processos, a Comissão de Ética aprovou a advertência verbal em dois deles, seguindo a sugestão dos relatores, e arquivou o terceiro, também seguindo orientação do relator.

“Hoje foi um dia muito importante aqui na Alesp, teve uma decisão histórica feita pelo Conselho de Ética da Casa”, disse Erica Malunguinho, em live no Facebook.

“A gente sabe que falas como essas, discriminatórias contra população LGBT, são recorrentes. Essa decisão abre um precedente para que isso não aconteça mais em outras casas legislativas”, pontuou a deputada.

---

# Mês da Visibilidade Lésbica: ‘Ficamos no limbo entre o movimento LGBT e o feminista’, diz advogada que defendeu criminalizar homofobia no STF

*Em conversa com CELINA, Ananda Puchta fala sobre os apagamentos sofridos pelas mulheres lésbicas na sociedade e da importância da representatividade*

**(O Globo, 14/08/2019 - acesse no site de origem)**

Aos 30 anos, a curitibana Ananda Puchta conquistou um feito e tanto na sua ainda curta carreira de advogada: falou na tribuna do Supremo Tribunal Federal (STF). Em sua sustentação, feita em fevereiro, defendeu a [criminalização da LGBTIfobia](#) no julgamento dos processos que pediam que a homofobia e a transfobia fossem equiparadas ao crime de racismo. A tese foi aceita pela maioria do Supremo em junho.

Mas o histórico de Ananda na defesa dos direitos das minorias já vem de antes. Ainda na faculdade, entre 2009 e 2013, iniciou sua atuação pro-bono, auxiliando nos processos de retificação de pré-nome e gênero de pessoas trans, quando isso só podia ser feito pela via judicial — desde o ano passado, também por [decisão do STF](#), a alteração pode ser feita em qualquer cartório, sem a necessidade de laudo psicológico ou comprovação de cirurgia.

Na mesma época, “saiu do armário” e apresentou a sua companheira, com quem vive até hoje, para família. O processo, segundo a advogada, não foi fácil. Nascida e criada em Curitiba, no Paraná, hoje, além de atuar no Grupo Dignidade e na Aliança Nacional LGBTI, ela também preside a Comissão de Diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do estado e é uma das fundadoras do Coletivo Cássia, fundado em 2017 por mulheres lésbicas.

Em conversa com [CELINA](#) no mês da Visibilidade Lésbica, Ananda falou sobre como a letra L acaba invisibilizada dentro do próprio movimento [LGBTI+](#) e também no [movimento feminista](#). Para ela, o apagamento das vivências de mulheres que amam mulheres tem um impacto negativo sobre a saúde mental de jovens lésbicas e bissexuais. Uma das soluções, para a advogada, está na criação de redes de apoio e acolhimento para essas mulheres.

— É preciso mostrar que essa vida feliz é possível, que essa existência é possível — diz.

**CELINA: Agosto é o mês da Visibilidade Lésbica. Você sente que as lésbicas, em geral, são invisibilizadas? Isso acontece dentro do movimento LGBTI+?**

**Ananda Puchta:** Dentro no movimento LGBT, as mulheres lésbicas nunca tiveram um protagonismo de fato, apesar de estarem historicamente ativas. Temos várias [mulheres lésbicas](#) muito fodas nos últimos 30 anos no Brasil, mas os homens sempre aparecem como protagonistas, justamente porque é um espaço que estão acostumados a ocupar. Eles são

ensinados desde cedo que ocupam esse espaço, e a gente é ensinada desde cedo que a nossa atuação é outra, é a do apoio, do cuidado. E isso tudo, para mim, tem origem no machismo. Isso vem mudando. A letra L, a partir de uma decisão da primeira conferência nacional do movimento [em 2008], passa a iniciar a sigla LGBT. Mas ainda tem muito preconceito com esse nome. Tem muitas mulheres lésbicas que falam que são gays, não lésbicas. Há uma dificuldade de falar que é lésbica. A gente se encontra nesse limbo entre o movimento feminista, que também não aceita as lésbicas muito bem, e o movimento LGBT, porque tem uma herança muito machista.

### **Como esse apagamento se manifesta dentro do movimento feminista?**

Nos encontros das mulheres feministas, você raramente tem mesas que debatem a vivência de relacionamentos lésbicos ou bissexuais. Isso vem mudando, mas é complicado afirmar que as lésbicas são realmente aceitas no movimento feminista, porque não são. Existem muitos estereótipos ainda. Algumas mulheres ainda se colocam num papel machista nas relações. E não tem a ver com vestimentas ou performar masculinidade, mas de ter relacionamentos abusivos, comportamentos de ciúmes e de fiscalização dos corpos das suas companheiras. E isso são coisas que os homens fazem. É uma auto desconstrução que o movimento lésbico precisa fazer. Mas você tem dificuldade de debater questões de saúde, questões de políticas públicas específicas. Tem uma dificuldade de pautar isso dentro do movimento feminista, justamente porque você tem mulheres lésbicas nesse papel machista e é muito difícil para as feministas debaterem essa realidade. É óbvio que você tem espaços e instituições em que esse debate acontece e que agregam as lésbicas. No movimento LGBT também. Mas, em geral, há um apagamento muito grande.

“Fiz uma defesa não tão jurídica, mais social e histórica, falando pelas pessoas que já não estão mais aqui. Não tinha porque eu estar ali senão por eles, por essas pessoas que morreram por LGBTIfobia” ANANDA PUCHTA, Advogada - sobre a defesa da criminalização da LGBTIfobia no STF

### **Na prática, quais são os efeitos dessa invisibilização para as mulheres lésbicas?**

A falta de conhecimento e a falta de acolhimento. Se você pega uma menina ou uma mulher lésbica que está saindo do armário no interior, por exemplo. Ela não tem muito acesso a conteúdo, ela não tem acesso a espaços onde possa conviver com outras mulheres lésbicas, onde possa debater a sua própria sexualidade. Porque não é simplesmente sair do armário, é um processo, uma descoberta. Tem várias [questões psicológicas](#) que acontecem e a falta desse acolhimento é muito nociva, principalmente para saúde mental dessas mulheres. Também rola a falta de convívio social. Muitas delas não têm círculo de amigos, não conseguem sair da bolha de dentro de casa, com a sua companheira, porque têm medo. A criação de uma rede é importante para que essas mulheres saibam o que fazer quando sofrem uma violência, onde procurar ajuda se estão em um relacionamento abusivo ou se estão tendo algum problema com a família. É informação, mas também apoio. Essa lacuna que o coletivo Cássia tenta suprir. Porque, na prática, na capilaridade, você tem muitas mulheres que sofrem todos os dias por causa da sua sexualidade, não só no mercado de trabalho, mas nas suas relações pessoais, na família, no círculo de amigos.

### **Além da visibilidade, você também fala que falta representação política e faltam modelos de mulheres lésbicas em diferentes espaços. Como isso se manifesta?**

Isso vem mudando bastante nos últimos anos, com algumas atrizes globais saindo do armário. Você tem a Nanda Costa, a Bruna Linzmeyer, a Maria Maya. Alguns modelos de mulheres que não são estereotipados como “caminhoneiras”. Elas se colocam como mulheres lésbicas e

mostram a sua competência de trabalho. Assim, as mulheres lésbicas começam a ver que não estão sozinhas e que existe a possibilidade de ser bem sucedida e ter uma vida feliz e aceitável por conta desses modelos. A própria vereadora [Marielle Franco](#), por exemplo. Ela levantava mais a pauta racial, feminista e da segurança pública, mas também LGBT pela vivência dela. Ela era uma mulher casada com outra mulher. O fato dessa atrocidade ter acontecido no ano passado trouxe bastante visibilidade política para as vivências das mulheres pretas, periféricas e lésbicas. Mas as sementes que nascem dessa dor são muito interessantes. A gente tem uma proximidade muito grande com a Mônica Benício, que é a viúva da Marielle. E essas representações políticas importam. É preciso mostrar para as mulheres que têm algum medo de se afirmar ou de se colocar profissionalmente por sua orientação sexual que está tudo bem, que esse momento passa, mas é um momento pelo qual você precisa passar, de autoaceitação e de reconfiguração dos círculos afetivos, porque muitas vezes os círculos familiares são nocivos. É preciso mostrar que essa vida feliz é possível, que essa existência é possível. As mulheres estão tendo menos medo de se colocar enquanto mulheres lésbicas e isso é muito importante, porque a gente precisa desses modelos para fazer uma mudança de cultura, para a sociedade entender que somos mulheres como todas as outras, a única diferença é que amamos mulheres. Isso também inclui as mulheres trans lésbicas, as mulheres bissexuais.

**Na tua experiência pessoal, têm algum episódio marcante em que sentiu preconceito por ser lésbica?** Eu me assumi na faculdade, bem cedo, mas era muito difícil não ser estigmatizada. “Lá vai a sapatão”, eu ouvia. Hoje em dia eu volto a universidade para dar palestras e vejo que é um ambiente mais tranquilo. Na minha época, era mais difícil de se colocar. E isso muitas vezes me atrelava a uma posição política que eu não tenho. Me chamavam de ‘lésbica comunista’ e eu não sou. Eu sou uma pessoa de centro. No meu estágio no Ministério Público isso foi mais latente, o ambiente era muito nocivo. O primeiro escritório em que trabalhei foi super acolhedor. Eu decidi seguir carreira autônoma para fazer a minha atuação pro-bono, mas também para não ter que me justificar para ninguém, não ter que sair do armário no ambiente de trabalho. Na advocacia em geral, você ainda tem que ter certos estereótipos de performance para ser aceito. “As mulheres estão tendo menos medo de se colocar enquanto mulheres lésbicas e isso é muito importante, porque a gente precisa desses modelos para fazer uma mudança de cultura” ANANDA PUCHTA, Advogada

**E na sua família? Houve resistência ou foi mais tranquilo?** Eu cheguei para minha família já apresentando a minha companheira. Meu pai ficou preocupado, porque achava que eu não poderia ter uma vida confortável, por sermos duas mulheres, e tinha medo da violência na rua. Eu não performo tanto a masculinidade, até por conta da profissão, e a minha companheira também não. A gente não sofre tanta discriminação na família por conta disso. Mas um fato curioso é que eu tenho um irmão gay e a minha mãe não trata as duas vivências da mesma forma. Tem um incômodo maior com o fato de eu ser lésbica do que com o fato do meu irmão ser gay. Sei que é uma questão histórica, que as mulheres mais velhas têm essa dificuldade. É um machismo velado, na verdade, e mudar isso é difícil, é uma desconstrução diária. Foi difícil para ela. Ela dizia que eu podia casar com o homem que eu quisesse, que eu não vou ter filho biológico, que tinha outros planos para mim. Com o tempo as coisas foram se alinhando, hoje a gente convive cordialmente e se respeita.

**Você fez uma fala durante o julgamento da homotransfobia no STF, pelo Grupo Dignidade. Como foi o caminho até chegar ali? E qual foi a importância de ter uma mulher lésbica representando a comunidade LGBT naquele espaço?** No Dignidade, a gente tem uma política de representatividade. No julgamento da retificação do prenome de gênero, quem fez a sustentação foi a Gisele [Alessandra Schmidt e Silva], a primeira advogada trans do Paraná e a primeira a falar na tribuna no Supremo. Na sessão sobre doação de sangue por HSH [homens que fazem sexo com homens], foi o Rafael Kirchoff. Como eu já vinha

atuando nesse advocacy desde 2016 e ainda não tinha tido a oportunidade de fazer a sustentação, a criminalização ficou comigo. Concordando ou não com a tese, era um julgamento importante para que a gente pudesse quantificar essa violência. O fato é que a gente está morrendo e precisa que o Estado brasileiro faça alguma coisa. Muito se falou do balanceamento entre os poderes, mas as pessoas esquecem que tanto o Legislativo quanto o Executivo já foram tensionados sobre a criminalização e nenhum fez alguma coisa. O Judiciário foi a última alternativa. A gente tem uma dificuldade muito grande em passar legislações em função da composição do Congresso e, agora, o Executivo da forma que está, foi desmantelando todas as políticas públicas efetivas que tínhamos. Esse processo também foi usado pelo Supremo, para demonstrar sua força política. Para mim foi uma honra fazer essa fala. Fiquei muito feliz em receber essa incumbência, mas também muito preocupada, porque eu tenho cinco anos de carreira, apesar de atuar no Direito das minorias há quase 10. E também por ter que falar por uma comunidade tão diversa, considerando o recorte de raça, gênero, classe. Eu tinha uma preocupação muito grande em conseguir externar para o Supremo em tão pouco tempo a complexidade da nossa comunidade. Isso me gerou uma ansiedade muito grande. Fiz uma defesa não tão jurídica, mais social e histórica, falando pelas pessoas que já não estão mais aqui. Não tinha porque eu estar ali senão por eles, por essas pessoas que morreram por LGBTifobia. **Dentro dos casos de LGBTifobia, quais são as violências sofridas pelas mulheres lésbicas? Essas violências também são invisibilizadas?**

Sim, são invisibilizadas. A gente tem um recorte que vai junto da Lei Maria da Penha. O Dossiê do Lesbocídio é muito importante nesse sentido. As violências contra as mulheres lésbicas não são só verbais e psicológicas. Muitas são vítimas de estupro corretivo e coletivo, para que “voltem a ser hétero”. Pelo fato de a vítima ser mulher e pelo crime ser cometido muitas vezes por pessoas da família ou por conhecidos, as notificações se confundem com as da Lei Maria da Penha. Então é difícil quantificar e por isso é bem invisibilizado. Na mídia, você vê muito pouco. Pouco se fala sobre orientação sexual da mulher vítima, se fala mais sobre a condição de ser mulher, e isso gera uma sub notificação das violências que as lésbicas sofrem. É difícil você desmitificar isso para o Poder Público. Aqui no Paraná, recentemente, a gente conseguiu fazer com que a Casa da Mulher Brasileira começasse a atender casos de violência doméstica entre casais de mulheres, por exemplo. Antes a delegacia da mulher entendia que, como não havia superioridade física, ela não tinha que intervir. Mas é um relacionamento abusivo entre mulheres, isso tem que ser tratado na delegacia da mulher. Ainda tem muito desconforto em aceitar a relação homoafetiva.

### **Acha que deveriam existir políticas públicas específica para lésbicas?**

Acredito que sim, principalmente de saúde. Também é necessária uma desmistificação de algumas legislações, principalmente no que tange à Previdência Social, o INSS e os direitos trabalhistas. Você tem algumas empresas que não concedem licença-maternidade para a companheira da mulher que teve filho, você tem uma dificuldade para as mulheres conseguirem a pensão post mortem, mesmo com o casamento. Essas questões não são legisladas, a gente não tem uma legislação. O fato da criminalização ter ocorrido agora, só nos garante a proteção contra violência mais extrema, o homicídio, e contra a injúria. A lesão corporal não está incluída na Lei de Racismo. Muito melhor seria ter uma lei como a Maria da Penha. E, com relação a saúde, você tem não políticas para o tratamento ginecológico adequado. A maioria dos ginecologistas do SUS não tem informações para prevenção de doenças nos [relacionamentos sexuais entre mulheres](#). Se fala muito pouco sobre isso na própria Medicina.

## **Discriminação aumenta risco de jovens LGBTI irem morar na rua, dizem relatores**

*Relatores da ONU alertaram nesta semana que jovens LGBTI correm riscos mais altos de viver em situação de rua devido à rejeição familiar e à discriminação na escola. Uma vez desabrigadas, essas pessoas podem ter outros direitos humanos violados, além de ter chances maiores de desenvolver problemas de saúde mental.*

*“Como resultado da intolerância religiosa e cultural, que pode incluir violência sexual e de outras formas, as jovens lésbicas, os jovens gays, bissexuais, trans e de gênero diverso em todo o mundo enfrentam exclusão socioeconômica”, ressaltaram Victor Madrigal-Borloz e Leilani Farha.*

**(Nações Unidas Brasil, 13/08/2019 - acesse no site de origem)**

Por ocasião do Dia Internacional da Juventude, 12 de agosto, relatores da ONU alertaram que [jovens LGBTI](#) correm riscos mais altos de viver em situação de rua devido à rejeição familiar e à discriminação na escola. Uma vez desabrigadas, essas pessoas podem ter outros direitos humanos violados, além de ter chances maiores de desenvolver problemas de saúde mental.

“Como resultado da intolerância religiosa e cultural, que pode incluir violência sexual e de outras formas, as jovens lésbicas, os jovens gays, bissexuais, trans e de gênero diverso em todo o mundo enfrentam exclusão socioeconômica”, ressaltaram Victor Madrigal-Borloz e Leilani Farha.

Os dois especialistas explicaram que essa exclusão pode ser vivida pela juventude LGBTI nos lares e nas comunidades onde moram. “A reprovação familiar e os castigos podem forçá-los a sair de casa — o que os torna mais vulneráveis a ainda mais violência e discriminação, um fator que se agrava com a idade e com a dependência econômica e a confiança em redes familiares e comunitárias.”

Segundo os relatores, “isso explica por que os jovens LGBT estão sobrerrepresentados em populações que sofrem com situação de rua e por que, uma vez sem moradia, eles sofrem discriminações adicionais”.

Os especialistas acrescentaram que a falta de moradia pode ser a consequência de outros episódios de discriminação, como o preconceito em ambientes de ensino.

“Na escola, muitos jovens LGBT sofrem bullying, o que resulta em taxas de abandono que são mais altas do que a média e tem consequências severas, de longo prazo, para o seu projeto de vida. Os jovens LGBT têm menos probabilidade de ter níveis educacionais e habilidades para encontrar emprego e alcançar segurança econômica, o que, por outro lado, afeta a sua

oportunidade de encontrar moradia adequada”, ressaltaram Lelani e Madrigal-Borloz.

De acordo com os relatores, um estudo recente revela que quase dois terços dos jovens LGBT em situação de rua já tiveram problemas de saúde mental. Estudos sugerem que essa população tem mais chances de relatar casos de depressão, transtorno bipolar e tentativas de suicídio.

“Eles (os jovens LGBT) também têm menos probabilidade de ter acesso a cuidados de saúde e estão extremamente vulneráveis ao uso abusivo de álcool e drogas”, afirmaram os especialistas.

A dupla lembrou que, de acordo com o direito internacional de direitos humanos, os países têm a obrigação imediata de assegurar o direito a habitação e combater, de forma efetiva, a falta de moradia.

Conforme previsto pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), governos também precisam identificar e enfrentar as causas estruturais da situação de rua, a fim de eliminar essa violação de direitos até 2030.

“Dentro desse contexto, as medidas adotadas pelos governos nacionais e locais precisam impedir que os jovens LGBT se tornem moradores de rua, garantir que as políticas e programas de habitação sejam inclusivos para as pessoas LGBT e abordar as necessidades dos jovens LGBT”, completaram os relatores.

Victor Madrigal-Borloz é especialista independente da ONU sobre proteção contra a violência e a discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero.

Leilani Farha é relatora especial da ONU sobre o direito a moradia.

---

## **‘Machismo e homofobia são heranças da colonização’, diz primeira mulher indígena a cursar doutorado na UFMG**

*Célia Xakriabá é também a primeira integrante do povo Xakriabá a concluir um mestrado. Ela será uma das participantes da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, que acontece em Brasília na próxima terça-feira, dia 13*

**(O Globo, 09/08/2019 - acesse no site de origem)**

Ela é a primeira integrante do povo Xakriabá a concluir um mestrado. É também a única indígena a cursar doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) — estuda Antropologia. Célia Xakriabá, de 30 anos, está entre as cerca de 2 mil mulheres que vão nesta sexta-feira, dia 9, para Brasília com o objetivo de participar da [1ª Marcha das Mulheres Indígenas](#).

A marcha em si está marcada para a próxima terça-feira, 13, mas já nesta sexta, que é Dia Internacional dos Povos Indígenas, é iniciado um fórum de discussões — que vai até dia 12, véspera da manifestação — no qual serão debatidos temas como defesa dos territórios indígenas, direitos das mulheres e homofobia.

Confira abaixo a entrevista de Célia à [CELINA](#).

### **Você é a primeira Xakriabá a ter mestrado e é a primeira indígena no doutorado da UFMG. Como avalia esse pioneirismo?**

Ser a primeira não é ser a mais importante. Ser a primeira me dá a responsabilidade redobrada de não deixar que eu seja a última. As mulheres indígenas estão hoje ocupando mais e mais espaços. E isso é fundamental. Se não existir espaço para nós, vamos criar nosso espaço.

### **O tema da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas é “Território: nosso corpo, nosso espírito”. Como é a relação entre território e corpo para você?**

O território é todo o conjunto que nos pertence. O corpo é o primeiro território. E os corpos indígenas precisam ser respeitados. É uma reafirmação da identidade e da cultura. O principal objetivo da marcha é reafirmar a garantia não apenas da nossa vida, mas do nosso modo de vida. Nós morremos não só quando nossa vida é tirada, mas morremos coletivamente também quando se mata a nossa identidade. Não dá para pensar em povo indígena sem essa conexão profunda com o território, que é nossa morada coletiva.

### **A violência de gênero é uma preocupação para as mulheres indígenas?**

Nós, mulheres indígenas, temos trazido isso à tona principalmente porque é preciso compreender que nenhum tipo de violência pode ser camuflada porque se trataria de algo cultural. Acreditamos que não se pode perpetuar violência sob o pretexto de ser cultura, tradição. Existe uma diversidade imensa de povos indígenas, cada um com sua cultura, e é preciso entender cada uma, mas lutamos para combater aspectos de violência nelas. Nenhuma forma de violência pode ser justificada como algo cultural.

### **A Lei Maria da Penha funciona para as indígenas?**

A lei é importante principalmente no contexto urbano. Fora dele, não a acessamos. No contexto mais geral do que nós conhecemos, as mulheres indígenas não têm acesso a esse suporte. A Lei Maria da Penha não funciona para nós.

### **Você identifica a existência de machismo em alguns povos indígenas?**

O machismo é herança do processo de colonização. Não digo nem que é de matriz colonizadora, mas de “patriz” colonizadora, porque vem do patriarcado. Mas, claro, existem sociedades indígenas patriarcais, e existem sociedades indígenas matriarcais. Só que, mesmo nas patriarcais, as lideranças masculinas esperam para dar as respostas sobre decisões importantes depois de falar com as mulheres. Isso é interessante.

A gente não pode dizer que nas sociedades indígenas não existe o machismo. Ele se faz presente hoje, mas é importante se perguntar: de onde ele veio? Não só o machismo, mas a homofobia. O preconceito existe hoje dentro de povos indígenas, mas de onde ele veio? Há

registros muito antigos de relações entre pessoas do mesmo sexo nos povos indígenas. Séculos atrás não era um problema, mas agora é. Por isso que associamos ao processo de colonização. Vemos a afirmação contra o machismo e a homofobia como um processo de descolonização. E esse processo não pode ser parcial. Temos que ir até o fim.

### **Existe feminismo indígena?**

É uma discussão muito complexa. No chamado da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, a gente quer muito discutir isso. Nunca ouvi, por exemplo, uma mulher mais velha se definir como [feminista indígena](#). E, como nós temos um senso de coletividade muito grande, se um dia eu falar que sou feminista, eu preciso estar acordada com meu coletivo, com as outras mulheres indígenas. Para nós, muito mais importante do que o conceito é a prática. A 1ª Marcha se apresenta como um movimento para estimular a aliança urgente com outros movimentos.

### **Você usa o seu corpo como forma de protesto, com pintura corporal?**

Sim, uso como forma de manifestação política. A pintura é uma pele que nos dá a presença da ancestralidade. É uma forma de eu me sentir mais próxima dos meus ancestrais, porque quem pinta o corpo pinta também a alma. Não existe pintura sem ritual, nem ritual sem pintura. Mesmo o processo de colocar a pintura no corpo já é um ritual. Desde os 13 anos eu participo do movimento indígena e faço manifestações com pintura corporal. É uma forma de me reafirmar politicamente, de reafirmar minha existência enquanto indígena. E esses são os dois elementos mais fortes da nossa cultura: a pintura e o cocar. Durante a minha graduação em Ciências Sociais, por exemplo, há uns dez anos, eu já ficava o tempo todo me reafirmando politicamente, usando com frequência a pintura e o cocar. Muitos dizem “por que você não faz tatuagem também, que dura para a vida inteira?”. Mas aí não é conexão com a espiritualidade, é outra coisa. Por isso é muito significativo para mim continuar demarcando esse espaço, não para outras pessoas enxergarem como mais ou menos indígena, mas é para que eu entenda de onde venho e por onde transito.

---

## **[Femicídio também abrange mulheres transexuais, decide Justiça do DF](#)**

*Determinação se deu a partir de caso de vítima agredida em lanchonete, em Taguatinga, no ano passado. Suspeitos ainda serão julgados.*

**[\(G1 DF, 09/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A 3ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TDJFT) rejeitou recurso e manteve como [tentativa de feminicídio um crime cometido contra uma mulher transexual](#). A decisão foi unânime.

Os suspeitos ainda serão julgados pelo crime. Ao analisar o caso, o desembargador Waldir Leôncio Lopes Júnior entendeu que “a imputação do feminicídio se deveu ao menosprezo ou discriminação à condição de mulher trans da ofendida”.

## **O caso**

A decisão foi tomada no [caso da estudante Jéssica Oliveira](#), vítima de tentativa de homicídio em abril do ano passado. Ela foi agredida por quatro pessoas dentro de uma lanchonete, em Taguatinga.

[O crime foi registrado por câmeras de segurança \(veja acima\)](#). As imagens mostram que a transexual foi atingida com socos e pontapés. Os suspeitos também usaram cadeiras e uma pedra de 3 quilos para agredir a vítima.

À época, a Polícia Civil decidiu indiciar os criminosos por tentativa de feminicídio. Foi o primeiro caso envolvendo uma transexual a ser tipificado dessa forma no DF.

## **Discussão na Justiça**

O Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) também denunciou os acusados pelo crime e a acusação foi aceita pela Justiça. Os agressores recorreram da decisão, sob o argumento de que não poderiam ser acusados de tentativa de feminicídio, já que a vítima não é “biologicamente do sexo feminino”.

O MP, por sua vez, argumentou pela manutenção da denúncia, já que “o crime foi praticado contra mulher por razões da condição de sexo feminino, em menosprezo e discriminação à condição de mulher”.

### **“Dupla vulnerabilidade”**

Ao decidir sobre o caso, o desembargador Waldir Leôncio Lopes Júnior diz estar ciente da “polêmica que envolve a questão”.

No entanto, segundo o magistrado, “não se pode deixar de considerar a situação de dupla vulnerabilidade a que as pessoas transgêneros femininas, grupo ao qual pertence a ofendida, são expostas”.

**“Por um lado, em virtude da discriminação existente em relação ao gênero feminino, e de outro, pelo preconceito de parte da sociedade ao buscarem o reconhecimento de sua identidade de gênero”, diz o relatório.**

## **Lei Maria da Penha**

Em maio do ano passado, o TJDF já havia entendido que a [Lei Maria da Penha também é válida para transexuais](#).

À ocasião, o tribunal julgou o caso de uma mulher trans que foi agredida pelo ex-namorado após passeio com as amigas. O ataque teria sido motivado por ciúmes.

Segundo o entendimento dos desembargadores, “uma vez que se apresenta dessa forma, a vítima também carrega consigo todos os estereótipos de vulnerabilidade e sujeição voltados ao gênero feminino, combatidos pela Lei Maria da Penha.”

*Por Pedro Alves*

---

## [Marielle Franco vira símbolo mundial de resistência na Europa. Por quê?, por Nina Lemos](#)

Andando pelas ruas da Alemanha no mês do orgulho gay (celebrado em julho) é possível dar de cara com vários cartazes com a imagem de Marielle Franco. Seu rosto, com as cores do arco íris, está ao lado de um texto que diz: “marche e proteste com orgulho”. O texto é referência às marchas do orgulho gay que acontecem em todo o mundo.

**[\(Universa, 29/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O poster foi feito pela Anistia Internacional Alemã, que decidiu, nesse ano, que Marielle (juntamente com outros três ativistas LGBT) deveria ser uma das homenageadas dentro da campanha “Coragem precisa de proteção.”

Não é só na Alemanha que Marielle é lembrada. A imagem e a história da vereadora, assassinada em 2018, roda o mundo. Em setembro, será inaugurado um parque com seu nome em Paris. Em Portugal, uma rua deve ganhar o nome dela. A decisão foi aprovada por unanimidade por todos os parlamentares da cidade. Ela rompeu a barreira do Brasil. Virou um símbolo internacional para todos que lutam pelos direitos humanos. Por quê?

### **Caso emblemático**

No caso da campanha alemã, Marielle é homenageada junto com outros três ativistas: Zak, ativista LGBT grego que foi assassinado em circunstâncias ainda não esclarecidas. Alejandra, uma mulher trans de El Salvador que, depois de lutar mais de dez anos pelos direitos LGBTs está presa nos Estados Unidos por mais de 1 ano, e Luna, uma mulher trans da República Dominicana que luta pelos direitos dos trabalhadores sexuais e foi torturada e estuprada pela polícia.

Além dos pôsteres, a Anistia Internacional Alemã tem tirado fotos de participantes de paradas de orgulho LGBT e colocando nelas um adesivo de “justiça para Marielle”. Eles também

distribuem cartões com a imagem da carioca para que pessoas de todo o mundo mandem cartas para o governo brasileiro pressionado por justiça.

“O caso é emblemático para muitos defensores dos direitos humanos em todo o mundo. Ela foi muito corajosa, uma lutadora maravilhosa pelos direitos humanos e pelos direitos dos marginalizados. Ela foi discriminada e vitimada por várias razões, por vir de uma situação econômica pobre, por sua cor, sua identidade sexual e sua orientação sexual.

Quando defendemos seu caso, estamos não apenas tentando criar uma situação melhor para ela e sua família, mas também para tentar esclarecer seu caso”, diz Sarah Fremberg, assessora da Anistia Internacional em Berlim.

Segundo ela, é um exemplo e uma lembrança para que outros casos como o dela não se repitam. “Nós queremos cuidar do seu caso como um exemplo para vários outros defensores dos direitos humanos do mundo, para que aqueles que tentam melhorar a qualidade de vida dos grupos que são discriminados no mundo todo possam ter segurança”, diz Sara.

A Anistia Internacional, além dessa campanha, segundo Sara, trabalha junto com a organização no Brasil para pressionar o governo a esclarecer e fazer justiça ao caso Marielle.

### **Parque Marielle Franco**

Segundo a historiadora francesa Maud Chirio, especialista em Brasil, Marielle representa um ponto de mudança na história do Brasil. “Foi o momento em que ficou realmente claro que o país estava entrando em um momento mais autoritário e reacionário. Algo foi rompido ali, e isso ficou claro em todo o mundo, acendeu um alerta”, diz. “Ela era uma mulher negra, favelada, bissexual e que não temia os poderosos, isso faz dela um símbolo de luta e coragem para o mundo inteiro”, diz. Maud é integrante do RED (Rede Européia pela Democracia no Brasil), um dos grupos responsáveis pela conquista da praça com o nome de Marielle Franco.

“O que achamos mais importante, e celebramos, é o fato dela ganhar um espaço onde sempre será lembrada, onde a placa não será arrancada”, ela diz, se referindo ao fato dos vereadores que quebraram uma placa com seu nome. “Ela não pode ser esquecida.

Esse é nosso trabalho e é importante deixar claro que muita gente no mundo, além do Brasil, reconhece isso e não deixará sua memória sumir”, diz.

Especialista em história brasileira desde o início dos anos 2000, Maud vê no exemplo dela também a opressão que mulheres enfrentam ao fazerem parte do ambiente político no mundo todo. “Ainda são raras mulheres na política. E elas muitas vezes são vítimas de ódio. No caso de Marielle, é terrível, porque além de ter sido assassinada por saber demais, ser corajosa e significar tantas coisas, ela continua sendo odiada até hoje.

Arrancar uma placa de rua com seu nome, como aconteceu no Brasil, é uma violência muito grande. É querer apagar completamente a pessoa. Ela não pode ser esquecida.”

“A sociedade precisa tomar medidas para proteger com muito cuidado aqueles que lutam contra a discriminação, o racismo e a injustiça. A política não deve dividir os interesses das pessoas. Os políticos deviam se unir para proteger aqueles que estão em uma situação mais vulnerável que eles. Todo mundo pode fazer alguma coisa contra discriminação e injustiça”, diz Sara. Lembrar da vereadora e pedir justiça para elas, segundo Sara, faz parte daquilo que

qualquer um pode fazer. E, não, ela não pode ser esquecida.

*Nina Lemos é jornalista e escritora, tem 46 anos e mora em Berlim. É feminista das antigas e uma das criadoras do 02 Neurônio, que lançou cinco livros e teve um site no UOL no começo de 2000. Foi colunista da Folha de S. Paulo, repórter especial da revista Tpm e blogueira do Estadão e do Yahoo. Escreveu também o romance "A Ditadura da Moda".*

---

## [Aplicação da Lei Maria da Penha às mulheres trans ainda é polêmica](#)

*Apesar de boa parte dos crimes serem cometidos por causa do desprezo à mudança de gênero, decisões judiciais não estão uniformizadas*

**[\(Metrópoles, 28/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O preconceito foi responsável pelo assassinato de 63 travestis e transexuais apenas no primeiro semestre de 2019. O levantamento é da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que luta pelos direitos desses grupos, e leva em consideração apenas os episódios noticiados pela mídia. E, entre as cruéis mortes, estão casos de transfeminicídios.

Criado pela socióloga Berenice Bento, que estuda o assunto há 20 anos, o conceito de transfeminicídio é necessário para [diferenciar o crime de um feminicídio](#), apesar de os dois terem, em sua raiz, o [ódio contra o sexo feminino](#) e o desprezo pela condição de ser mulher.

“Nos casos contra as mulheres, a agressão acontece em casa, pelo companheiro ou ex-companheiro, e o caso acaba com o autor preso e processado. Em contrapartida, as mulheres trans são assassinadas na rua, por [desconhecidos, em crimes bárbaros](#) que, em 90% dos casos, não chegam à Justiça”, conta Berenice, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Outra diferença considerável, diz a socióloga, é o próprio luto. As mulheres, de maneira geral, têm velório, uma família que chora, a sociedade que demanda justiça. No caso das mulheres trans assassinadas, muitas vezes, não há ninguém para reconhecer o corpo, e elas acabam enterradas como indigentes.

De acordo com Keila Simpson, presidente da Antra, também há casos em que elas são [assassinadas pelos ex ou atuais companheiros](#) ou por relacionamentos ocasionais que ocorrem por razões de gênero. “Para além disso, no caso específico do transfeminicídio, percebemos que o autor está, na maioria das vezes, matando o feminino que a pessoa apresenta e ostenta. Os crimes são realizados com requintes de crueldade. Ele não dá um tiro, dá 10”, explica Keila.

Berenice conta que é uma [morte ritualizada, violenta, em que se esquarteja](#), joga-se o [corpo em uma lata de lixo ou ribanceira](#). “O autor está passando várias mensagens, entre elas a de que

não é aceitável que um homem, em posição de poder, faça a transição para o lugar do frágil, do penetrável, do matável. Estão matando os traidores que abandonaram o poder. É um recado”, afirma.

O caso da mulher trans em Campinas (SP) que teve o coração arrancado e trocado por uma imagem sacra, segundo a presidente da Antra, deixa isso muito claro. O assassinato aconteceu em janeiro de 2019. “Ele era um demônio, eu arranquei o coração dele. É isso. Não era meu conhecido”, afirmou Caio Santos de Oliveira, o assassino confesso de Quelly da Silva.

### **Amparo legal**

Em maio de 2018, uma decisão inédita da Justiça do Distrito Federal indicou que os casos de violência doméstica contra mulheres trans podem ser julgados na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e elas devem ser abarcadas em medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.

Raquel Almeida Duarte foi [atacada pelo ex-namorado por ciúmes](#), precisou ser internada e passar por uma cirurgia. O juiz de primeira instância negou que o agressor fosse processado de acordo com a Lei Maria da Penha, alegando que a legislação defendia apenas mulheres que nasceram com corpo feminino. Os advogados da mulher trans entraram com recurso.

A 1ª Turma Criminal revisou a sentença e reverteu a decisão, afirmando que “liberdade de gênero não se prova”. “Além disso, uma vez que se apresenta dessa forma, a vítima também carrega consigo todos os estereótipos de vulnerabilidade e sujeição voltados ao gênero feminino, combatidos pela Lei Maria da Penha”, diz a decisão.

Em abril do mesmo ano, a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) abriu o primeiro inquérito para investigar uma tentativa de feminicídio contra uma mulher transexual. O caso aconteceu em Taguatinga Norte e foi investigado pela Delegacia Especial de Repressão aos Crimes de Intolerância (Decrin).

A juíza Fabriziane Zapata, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Riacho Fundo, considera que a Lei Maria da Penha se aplica a todo tipo de violência baseada em gênero cometida contra a mulher.

“Em relação à vítima transexual, discute-se se a lei teria utilizado um critério biológico ou um critério sociopsicológico. Existem algumas decisões que negam a aplicação da Lei Maria da Penha à vítima transexual feminina. Mas, por outro lado, há decisões no país, inclusive aqui no DF, determinando que a transexual feminina seja sim protegida pela Lei Maria da Penha”, afirma. O Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica (Fonavid) tem o entendimento de que a lei se aplica às vítimas trans.

Com o objetivo de deixar a legislação ainda mais clara, em maio de 2019, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou o Projeto de Lei 191/2017, que pretende ampliar o alcance da Lei Maria da Penha e garantir proteção às mulheres trans. Em seu parecer, a senadora Rose de Freitas (Pode-ES), relatora da matéria, escreveu: “Somos pela conveniência e oportunidade de se estender aos transgêneros a proteção da Lei Maria da Penha”. O assunto agora passa para a deliberação do plenário da Casa.

No caso do feminicídio, a lei fala em crime “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, o que abre lacunas para diferentes interpretações. Porém, há casos em que a Justiça entende a mulher trans e as circunstâncias da morte como sujeitas à aplicação da lei.

“É um caminho para usarmos a lei que existe e fazer valer nossos direitos. Seguimos trabalhando para a criação de uma legislação específica”, diz Keila. Apesar de ser importante contar com a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, a Antra entende que um tipo legal feito para qualificar os crimes contra transexuais e travestis é essencial para garantir punição apropriada para os agressores e para coibir essas situações. “No Brasil, a população se sensibiliza mais com um animal que morreu na estrada do que com o assassinato de uma pessoa trans. Só nós sabemos e sofremos por essas vítimas. A sociedade precisa enxergar esses crimes”, afirma Keila.

Berenice, em contrapartida, não acredita que uma nova lei vá resolver o problema. “A violência de que estamos falando é a ponta, o fim, o assassinato cruente. Mas este corpo que morreu é marcado pelas violências institucionalizadas e não institucionalizadas que sofreu a vida inteira. Foi expulso de casa, expulso da escola, não consegue entrar no mercado de trabalho. É preciso entender que existem múltiplas formas de exercer o gênero e que as pessoas têm, sim, direito a mudar.”

*Por Juliana Contaifer*

---

## **Direitos das mulheres avançam na ONU e em instituições internacionais, por Giulliana Bianconi**

*Mesmo diante de resistência do atual governo, articulação internacional consistente demonstra força em defesa da equidade de gênero e repercute no Brasil*

**(Época, 21/07/2019 - [acesse no site de origem](#))**

As votações do Brasil em Genebra, dias atrás, sobre temas relacionados aos direitos das mulheres, durante a 41ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, não trazem nada de novo sobre o governo Bolsonaro e a linha de atuação já fortemente publicizada pelo chanceler Ernesto Araújo e sua equipe. Aliás, já é hora de parar de se espantar a cada sinal dado de que as políticas de estado, incluindo as diretrizes da política externa liderada por Araújo, não rumam para a busca da equidade de gênero. Esse é um governo, afinal, “terrivelmente cristão”, e não é possível falar sobre equidade de gênero partindo prioritariamente de qualquer religião.

Ou os ministros e gestores públicos optam por abraçar as evidências, os dados, as análises técnicas e a realidade de constantes violações de direitos das mulheres e da população LGBTQ+, ou tudo o que se pode esperar dos ministérios ideológicos e seus órgãos relacionados são votos conservadores em reuniões internacionais, políticas públicas que desconsideram todo o repertório sobre equidade de gênero acumulado por organismos como a ONU e discursos que eventualmente vão virar memes na internet (“menino veste azul e menina veste rosa”).

Isso não quer dizer, entretanto, que os direitos das mulheres estão na berlinda nas Organizações das Nações Unidas, nem muito menos que o trabalho por equidade feito no

Brasil por organismos como a ONU Mulheres esteja enfraquecido. Para além dos votos que a embaixadora do Brasil na ONU, Maria Nazareth Farani Azevedo — a representante do país em todas as votações em Genebra —, deferiu na semana passada na reunião do Conselho de Direitos Humanos para as pautas relacionadas à violência e discriminação contra mulheres e meninas e o casamento prematuro e forçado de crianças, há uma articulação internacional consistente, global e regional, cuja força é inegável e repercute no Brasil. Ao votar, por exemplo, a favor de emenda apresentada por Egito e Iraque que pedia a retirada do termo “direito à saúde sexual e reprodutiva” do texto que tratava sobre casamento prematuro, Maria Nazareth apenas reafirma a postura ultraconservadora do governo sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, mas não muda o curso do rio. Afinal, a emenda não avançou e o termo pode ser encontrado na [terceira página da Resolução sobre a questão](#), documento oficial da ONU que serve como orientação aos países para lidar com o tema.

Como as mulheres vêm lutando com êxito há décadas na ONU, esse foi o desfecho, inclusive, de todos os votos conservadores do Brasil relacionados aos direitos das mulheres na ocasião: não representaram o que passaram a ser, ao final do encontro que envolveu os 47 países membros do Conselho de Direito Humanos, as três principais resoluções para os direitos das mulheres. Organizações da sociedade civil e especialistas de diversos países pró-direitos que acompanham todo o processo de votação e construção dos documentos consideram as medidas positivas por reafirmarem compromissos que dialogam com a busca pela equidade.

É preciso observar que apesar ter havido alinhamento do Brasil aos países que propuseram emendas para a retirada do termo gênero, direitos reprodutivos, entre outros, ainda não há uma radicalização do país no sentido de votar ou se abster de qualquer proposta que contemple o termo gênero. A embaixadora brasileira apertou “sim” na votação pela manutenção de um especialista em proteção contra a violência e a discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero, enquanto países como Afeganistão, China, Egito e Paquistão votaram pelo “não”.

Sob os holofotes pela votação que vai contra a tradição do Brasil nos temas e gênero na ONU está Maria Nazareth Farani Azevedo, diplomata de carreira com mais de 30 anos de atuação, embaixadora também nos governos Lula e Dilma e sem qualquer atuação pública expressiva no campo dos direitos das mulheres. No atual governo, tem atuado sem criticar até o momento posições do presidente ou do chanceler, e até já saiu em defesa de Jair Bolsonaro em março, em Genebra, quando rebateu críticas feitas ao presidente pelo ex-deputado Jean Wyllys. Ela afirmou que o presidente não era fascista, nem racista e que seu governo não é uma organização criminoso.

A embaixadora pode seguir protagonizando votações que contrastam com avanços e com o trabalho por manutenção de direitos das mulheres liderado por grupos políticos e organizações da sociedade civil caso o Brasil seja reeleito para Conselho de Direitos Humanos da ONU, em outubro. O documento em que o país pleiteia novamente a vaga (para o triênio 2020-2022) já foi enviado ao órgão e exclui o termo “gênero” enquanto inclui “promoção da família”. A palavra gênero é contemplada de forma estratégica pelas mulheres na ONU desde 1995, ano da IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing, evento-marco para o movimento das mulheres no mundo e na América Latina. Foi lá que a “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim” foi lançada, estabelecendo objetivos no enfrentamento às desigualdades de gênero. As relações de poder entre homens e mulheres foram problematizadas levando em conta os papéis atribuídos às mulheres e aos homens, avançando no sentido de superar o debate antes tão pautado na diferenciação biológica.

No Brasil, a ONU Mulheres segue com uma agenda ampla e intensa, atuando em território nacional por meio de parcerias com governos locais, estaduais, com projetos que versam sobre representatividade feminina na política, sobre enfrentamento à violência contra as mulheres, sobre promoção de lideranças e equidade no mercado de trabalho. Em Brasília, promove periodicamente fórum de mulheres que estão em cargos da política, seja no Executivo ou no Legislativo, e dialoga intensamente com o judiciário para contribuir com o amadurecimento no trato às questões de gênero na política. Liderada até o início do ano pela mexicana Nadine Gasman, que manteve por anos no centro do trabalho da sua equipe a pauta da promoção de lideranças políticas femininas, a ONU Mulheres no momento seleciona a nova representante para o país, levando em consideração a necessidade de manter algum diálogo com o governo que publiciza nacional e internacionalmente a intenção de retrocesso nos direitos.

*Giulliana Bianconi é jornalista, diretora da Gênero e Número, organização de mídia que atua na intersecção entre pesquisa, jornalismo de dados e debate sobre gênero e direitos das mulheres.*